



Interpelação Escrita

As autoridades implementaram, à força, em Julho de 2012, o projecto de reordenamento das “cinco ruas da Emenda”, o que causou incómodos aos comerciantes desta zona, que registaram baixas significativas no seu negócio. O meu gabinete efectuou uma investigação, em forma de visita, aos comerciantes da referida zona, e estes manifestaram que se registou uma redução no negócio na ordem dos 41,9%, após a implementação do referido projecto. A propósito disso, apresentei interpelações escritas e intervenções antes da ordem do dia, em Fevereiro, Abril e Agosto de 2013, no sentido de solicitar às autoridades que melhorassem o tal projecto. Entretanto, também falei desta questão nas sessões de perguntas e respostas sobre as LAG com o Chefe do Executivo, solicitando-lhe que criasse melhores condições para os comerciantes dessa zona.

Após todas estas exigências, a situação das “cinco ruas da Emenda” acabou por ser atendida pelo Chefe do Executivo, que a visitou no dia 30 de Outubro. Segundo a imprensa¹, após esta visita, o Chefe do Executivo confessou que naquele momento a questão mais premente seriam as dificuldades encontradas pelas PME da zona antiga em exercer a sua actividade e reparou que os negócios de muitos comerciantes desta zona diminuíram entre 30 a 60%, entendendo a situação em que eles vivem. O Chefe do Executivo prometeu ainda que ia com o Presidente substituto do Conselho de

¹ 31 de Outubro de 2013, Jornal “Ou Mun”, página B01



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Administração do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM), Vong Iao Lek, proceder a uma análise para rever o projecto de reordenamento das “cinco ruas da Emenda”.

Desde o início do ano, os comerciantes têm vindo a exigir a resolução do referido problema, e agora acendeu-se já alguma esperança, isto é, o Chefe do Executivo visitou a referida zona para acompanhar a questão em presença, o que reflecte a ideia de “ter por base a população”. Assim, com vista a apressar as autoridades para a resolução do problema, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Segundo a resposta apresentada no passado dia 13 de Maio por parte do IACM à minha interpelação escrita, “o IACM incumbiu uma instituição académica de efectuar um estudo e uma análise geral sobre a situação das ‘cinco ruas da Emenda’, através do exame científico dos aspectos quantitativo e qualitativo, no sentido de recolher os dados e informações necessários”, “contribuindo, deste modo, para apoiar o IACM no conhecimento das opiniões e sugestões de todos os interessados sobre os trabalhos do reordenamento” e “estas serão utilizadas na avaliação do resultado do projecto de reordenamento e na definição do rumo de desenvolvimento dos trabalhos de acompanhamento da fase seguinte”. Ora, o Chefe do Executivo já prometeu que ia proceder a análises e rever o projecto de reordenamento das “cinco ruas da Emenda”, então, como é que as autoridades vão cumprir a promessa do Chefe do Executivo? Como é que vão proceder à referida revisão? Quanto ao estudo e à análise sobre a situação das “cinco ruas da Emenda”, prometidos pelo IACM no passado



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

mês de Maio, como entretanto já se passou quase meio ano, estes estudos e análises já estão concluídos? Qual é o seu resultado?

2. Segundo a resposta dada no dia 18 de Outubro pelo IACM à minha interpelação escrita, “após contactos com a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, está planeada, para breve, a instalação de mais parquímetros destinados a motociclos na Rua de Brás da Rosa junto à Rua do Rebanho”. Então, quantos parquímetros vão ser instalados? Quando é que os serviços competentes vão concluir essa instalação? Antes de proceder à referida instalação, os serviços competentes já procederam a análises sobre o número dos parquímetros necessários nas “cinco ruas da Emenda”? Ponderaram também nas dificuldades em estacionar os motociclos naquela zona e na respectiva resolução?
3. Na Rua da Emenda, há uma zona pedonal que funciona entre as 8 e as 21 horas. Poderá o Governo reduzir esta duração ou permitir flexibilidade neste horário de funcionamento?

1 de Novembro de 2013

**A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,
Chan Melinda Mei Yi**